

## ATA Nº02

----- **Ata da sessão extraordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezassete.** -----

-----Ao vigésimo quarto dia do mês de novembro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão extraordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e o Senhor Victor Fernando Santos Neto, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **PONTO UM: ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SUBSTITUTO (TAMBÉM ESTE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA) PARA REPRESENTAR TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO DE VAGOS NO XXIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;** -----

----- **PONTO DOIS: ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VAGOS;** -----

----- **PONTO TRÊS – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACeS BAIXO VOUGA;** -----

----- **PONTO QUATRO: ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO;** -----

----- **PONTO CINCO: IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – TAXAS – 2017:** -----

-----a) **TAXAS 2017 - CÓDIGO DO IMI – ARTIGO 112.º, nº1;** -----

-----b) **CÓDIGO DO IMI – REDUÇÃO DA TAXA – ARTIGO 112.º - A;** -----

----- **PONTO SEIS: DERRAMA – TAXAS PARA 2017;** -----

----- **PONTO SETE: IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – PRODUÇÃO DE EFEITOS NO ANO 2018;** -----

----- **PONTO OITO: PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA OVAR – MARINHA GRANDE (POCOMG) – ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO:** -----

----- a) **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VAGOS – PDM;** -----

----- b) **PLANO DE PORMENOR DA PRAIA DA VAGUEIRA – PPPV;** -----

----- **PONTO NOVE: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Costa Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Manuel Jesus Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Xavier Prior Neto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Liliana Barreira e Sérgio Domingos, em substituição de Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva, eleitos na lista do PSD. -----

----- Jorge Henrique da Graça Pereira, Patrícia Neves Ferreira, Paulo Alexandre Ferreira Malta e Juan Simões Oliveira, em substituição de Basílio de Oliveira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. ----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Rosa Martins, em representação de Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Basílio de Oliveira, Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva e Amílcar Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente, João Paulo Sousa Gonçalves, os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Susana maria Ferreira Gravato, Maria Dulcília Martins Sereno, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que embora se trate de uma sessão extraordinária, e de não haver período antes da ordem de trabalhos, quis aproveitar para dar algumas informações, uma vez que esta é a primeira reunião após a tomada de posse deste órgão. Por ser a primeira reunião quis deixar aqui algumas propostas e referir alguns pontos que considera importantes para se poder começar a definir uma estratégia de trabalho desta Assembleia Municipal e uma maior dignificação do órgão em termos funcionais. E como uma das promessas foi de trabalho, e é de trabalho, e tem de se fazer, começou por propor aos senhores Deputados uma visita institucional da Assembleia Municipal ao concelho de Vagos, no terreno, atendendo à situação catastrófica que ocorreu e que afetou muitos dos concidadãos que tiveram perdas muito avultadas, para se poder averiguar e ter um conhecimento mais aprofundado do que se passou. O intuito desta visita prende-se com o tomar algumas posições e deliberar-se, aqui, algumas tomadas de posição que pode ser feito com um maior sentido de responsabilidade se houver esse conhecimento no terreno e é uma forma de se mostrar solidariedade institucional para com estas pessoas. Esta visita terá de ser a um sábado, por uma questão de agenda de todos os membros, e o senhor Presidente propõe o dia dezasseis de dezembro. Deste modo foi pedido aos representantes dos grupos municipais que dessem nota desta proposta e, depois, a fizessem chegar à mesa o *feedback*/sugestões em relação ao assunto. O senhor Presidente solicitou aos grupos municipais que indiquem quem são os respetivos porta-vozes para fluir uma maior e rápida comunicação entre a Mesa da Assembleia Municipal e os grupos municipais. Uma outra proposta que deixou foi a criação de um *e-mail* institucional, com o domínio da Assembleia Municipal,

podendo os senhores Deputados optar por ter esse *e-mail* institucional, que irá ficar público e há disposição de todos os vaguenses na página da Câmara Municipal. Esta não é uma imposição, ou seja, cada Deputado deve fazer chegar a sua preferência, se quer ou não utilizar o *e-mail* institucional ou se prefere manter o e-mail pessoal. O senhor Presidente solicitou aos senhores Deputados que sempre que fizerem intervenções e que queiram que as mesmas façam parte integral da ata devem referi-lo, porque o que a lei diz é que a ata deve ser um resumo daquilo que se passou em cada sessão da Assembleia Municipal. Outra solicitação que foi feita aos senhores Deputados é que as intervenções fossem feitas de pé, não havendo obrigatoriedade de o fazer no púlpito atendendo a falta de espaço e funcionalidade. O senhor Presidente informou também que irá tratar os senhores por Deputados, e não por membros, por entender ser mais respeitoso. Em relação à hora da Assembleia Municipal foi pedido aos representantes dos grupos municipais que indicassem o horário pretendido, porque embora seja uma questão complicada e nem sempre consensual ir-se-á auscultar todos e decidir pela opinião da maioria. Para terminar o senhor Presidente da Mesa perguntou se algum Deputado pretende usar da palavra para deixar alguma sugestão, ou fazer algum comentário às sugestões apresentadas, lembrando que como não há período antes da ordem de trabalhos o faça de forma breve. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por agradecer esta oportunidade para poder dizer três ou quatro coisas sobre o funcionamento da Assembleia Municipal. Assim sendo, começando pelas convocatórias e o senhor Deputado sugeria que as mesmas fossem enviadas por *e-mail*, para quem assim o entender, e não por correio registado e com aviso de receção. Esta medida além de menos dispendiosa para o Município também seria muito mais prática, porque não estando ninguém em casa para assinar o documento ter-se-ão de deslocar aos Correios para levantar a carta. O senhor Deputado referiu também que o senhor Presidente não fez referência a uma troca de correspondência que houve entre os dois e por isso deixa a sua consideração o momento para falar sobre o assunto. Entretanto, agradeceu ao grupo municipal do CDS pela forma como cedeu ao grupo municipal do PS os dois lugares na primeira fila. O senhor Deputado falou primeiro com o senhor Presidente da Assembleia Municipal que entendeu que este devia ser um entendimento entre os dois grupos municipais e assim foi feito e, por isso, ficou o agradecimento à forma como este grupo municipal de prontificou a colaborar e dar uma outra estrutura a este órgão. Relativamente ao pedido do senhor Presidente, para as intervenções serem feitas de pé, o senhor Deputado concorda, mas perguntou se há semelhança da Assembleia da República, se é esse o grau de comparação que tem, se vai pedir a mesma coisa aos membros da Câmara Municipal. O senhor Deputado sugeriu, ainda, tal como já havia sido solicitado no anterior mandato, que houvesse alguma análise política nas comunicações que são enviadas aos membros da Assembleia Municipal, nomeadamente os convites que são remetidos. Dando um exemplo, o senhor Deputado soube por um jornal local que o senhor Presidente da República tinha vindo a Vagos, e não sabendo se a Assembleia Municipal foi ou não convidada para estar presente, mas não é habitual um Município como Vagos receber a presença

do senhor Presidente da República e os membros da Assembleia Municipal não terem tido conhecimento. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das dezoito horas e quarenta e cinco minutos chegou à sessão o senhor Deputado Hermes Fernandes. -----

----- O senhor Presidente da Mesa referiu que a questão das convocatórias parece-lhe bem, apesar de em termos de Regimento, estar como está, desde que cada um manifeste, por escrito, claramente que se pode enviar por *e-mail*. Em sede de revisão do Regimento essa questão poderá ficar clarificada para que não fique nenhuma dúvida em termos futuros. Em relação às intervenções de pé foi um pedido feito e não uma imposição. -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu para usar da palavra para esclarecer o senhor Deputado Óscar Gaspar relativamente à visita do senhor Presidente da República. O que se passou foi que o senhor Presidente da República telefonou ao senhor Presidente da Câmara às vinte horas a informá-lo de que no dia seguinte às onze deslocar-se-ia ao concelho de Vagos para visitar os locais afetados pelo fogo. Deste modo não houve tempo para avisar os membros da Assembleia Municipal, tendo o senhor Presidente apenas informado telefonicamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal uma hora antes. -----

----- O senhor Presidente da Mesa informou que foi entregue à Mesa um pedido do Partido Socialista a solicitar que seja considerada à consideração da Assembleia Municipal a introdução do seguinte ponto na ordem de trabalhos: "Criação de Grupo de trabalho desta Assembleia Municipal para o setor da Educação." Este requerimento irá ficar anexado à presente ata. De acordo com o Regimento, artigo 14º nº6, refere que nas sessões extraordinárias a Assembleia Municipal só pode deliberar sobre as matérias para que tenha sido expressamente convocado. A sugestão que deixou é que seja incluída na ordem de trabalhos da sessão ordinária de dezembro, até pela importância do assunto faz todo o sentido que assim o seja, isto é, que seja discutido com tempo e com mais informação para ser deliberado em consciência. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das dezanove horas chegou à sessão o senhor Deputado Tony Almeida. -----

----- De imediato o senhor Presidente da Mesa passou para o período da ordem de trabalhos. ----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para usar da palavra neste momento para dizer que se vai passar à votação dos representantes da Assembleia Municipal para uma série de organismos, órgãos e eventos. Na perspectiva do grupo municipal do PS os membros que forem eleitos estarão lá em nome próprio mas também em representação deste Órgão Autárquico. Neste sentido, entende que a Assembleia Municipal deve ter conhecimento, a par e passo, daquilo que vai acontecendo e da forma como as pessoas que foram eleitas vão representando a Assembleia Municipal. O grupo municipal do PS o que pretende é apresentar uma proposta, que irá ser entregue à Mesa, e que ficará anexada à presente ata, no sentido das pessoas se comprometerem a vir a esta Assembleia regularmente dar a indicação da percussão dos trabalhos desenvolvidos nesses órgãos. Propõe, ainda, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que duas vezes por ano inscreve-se na ordem de trabalhos, logo a seguir ao ponto sobre as informações do senhor

Presidente da Câmara, um ponto para se fazer o apuro do trabalho desenvolvido por estes representantes eleitos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que é uma obrigação de quem está em representação do Órgão Assembleia Municipal fazer esta “prestação de contas” à entidade que o nomeou para essa representação. A Assembleia Municipal deve exigir essa informação mas também deve ser uma iniciativa de quem se faz representar. O senhor Presidente não vê qualquer inconveniente de colocar esta proposta do Partido Socialista à votação, embora considere desnecessário atendendo à questão da importância e da responsabilidade que cada um dos eleitos tem nesses órgãos. -----

----- Entretanto, relativamente a esta proposta, o senhor Deputado Juan Carlos Martins pediu para usar da palavra e referiu que não concorda com o que disse o senhor Deputado Óscar Gaspar. Tal como o senhor Presidente referiu essa é uma responsabilidade de cada membro que é eleito e quanto mais não seja a própria Assembleia Municipal exigir essa “prestação de contas”. Esse requerimento, apresentado à Mesa, parece quer chamar “*incompetentes*” a quem vai ser eleito, logo à partida sem saber quem são, e considera que não faz sentido nenhum ser colocada à votação. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião pediu para usar da palavra para acrescentar às palavras ditas pelo seu colega de bancada duas ou três notas e, no seguimento daquilo que se ouviu do senhor Deputado do PSD. Em primeiro se existem normas que asseguram que a Assembleia Municipal tem estas representações em entidades externas é porque se entende, de alguma maneira, que são temas que se devem manter no “radar” deste órgão e por isso devem ser reportadas de forma assídua e transparente. Por outro lado, se há pessoas que manifestam disponibilidade para integrar estas listas parte-se do pressuposto que também não se querem demitir a apresentar o relato das suas diligências e o resultado dessas reuniões neste órgão. Por fim, o senhor Deputado pediu ao senhor Presidente da Assembleia que assegurasse e estimulasse que esses relatos se fizessem sempre, porque é uma forma de valorizar e de dar alguma dignidade às decisões aqui tomadas. Esta proposta apresentada pelo Partido Socialista não existe só porque existe representação externa da Assembleia Municipal e sim porque no mandato anterior estes relatos não existiram. O grupo municipal do PS quer trazer uma nova prática a esta Assembleia Municipal de quem assegurou no mandato passado que traria aqui a informação e acabou por não o fazer, portanto esta proposta é no sentido de melhorar a atividade deste órgão. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra e referiu que o que acabou de ser dito não corresponde à verdade. Os relatos foram apresentados, inclusive o senhor Deputado Óscar Gaspar quando foi representante deste Órgão no ACeS apresentou aqui a informação da reunião onde esteve presente. O senhor Deputado apresentou sempre os relatos das reuniões da CIRA, onde era representante, e existiram também relatos por escrito por parte de alguns representantes deste órgão na CPCJ. Portanto, aquilo que foi aqui dito pelo senhor Deputado Bruno Julião não corresponde à verdade. -----

----- O senhor Deputado Óscar voltou a usar da palavra para dizer que aquilo que o senhor Deputado Bruno Julião referiu é absolutamente verdade. E o facto de ter havido a apresentação de alguns relatórios não quer dizer que todas as pessoas o tenham feito. O senhor Deputado Juan Carlos tem razão num aspeto, isto é, ele é de facto um dos bons exemplos e enquanto representante no ACeS do Baixo Vouga fez aquilo que lhe competia e deu nota na Assembleia Municipal do trabalho desenvolvido. No entanto, se forem recuperados todas aquelas votações que foram feitas e todos os eleitos verifica-se que pouco haverá a dizer sobre o resultado do trabalho porque nunca foi reportado a este órgão. O senhor Deputado não quer com isto dizer que as pessoas não tenham conhecimento das suas obrigações, aquilo que entende é que deve ficar claro que esta é uma obrigação sistemática. Por isso, é que a segunda parte da proposta sugeria que o senhor Presidente da Assembleia Municipal tomasse a seu cargo esta incumbência de semestralmente indicar um tempo na ordem de trabalhos para “recordar” aos membros da Assembleia menos atentos que estava na hora de prestar contas daquilo que está a ser feito nesses órgãos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa tomou em boa nota essas recomendações mas julga que depois do que foi aqui ditos as pessoas que vierem a ser eleitas se vão dispensar desta chamada de atenção, porque vão ser mais do que foram e mais que nunca vão ser responsáveis e trazer essa “prestação de contas” à Assembleia Municipal. Se assim não acontecer a Mesa encarregar-se-á de fazer essa chamada de atenção para que essa “prestação de contas” seja feita. Posto isto, passou para a discussão e votação do ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **A - Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SUBSTITUTO (TAMBÉM ESTE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA) PARA REPRESENTAR TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO DE VAGOS NO XXIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;** -----

----- Relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os grupos municipais relativamente a propostas a apresentar. O senhor deputado Juan Carlos Martins sugeriu, em nome do grupo municipal do PSD, o senhor Albano Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, e como substituto Nelson da Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, designada por lista A. O senhor Deputado Jorge Henrique da Graça Pereira sugeriu, em nome do grupo municipal do CDS-PP, o senhor Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, e como substituto Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, designada por lista B-----

----- Seguidamente foram distribuídos vinte e oito boletins para se proceder à eleição do representante e substituto e convidados os senhores deputados a votar indicando no boletim a lista em quem desejam votar, lista A ou lista B. -----

----- A votação foi feita, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: lista A obteve vinte votos (20) votos e a lista B obteve oito (8) votos. -----

----- Concluída a votação, foi eleito como representante de todas as Juntas de Freguesia do Município de Vagos, para participar no XXIII Congresso da ANMP de 09 de dezembro de 2017, o senhor Albano de Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e como substituto do representante de todas as Juntas de Freguesia do Município de Vagos, o senhor Nelson da Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

**----- PONTO DOIS: ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VAGOS; -----**

----- Neste ponto da ordem de trabalhos foi apresentada lista única. Esta lista integra elementos do grupo municipal do PSD e do grupo municipal do CDS-PP. A lista apresentada, designada de lista A, foi aprovada por todos os membros da Assembleia Municipal, eleita com vinte e oito (28) votos. Assim sendo, os quatro elementos eleitos/nomeados, como representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vagos, são: Madalena Marques Santos Simões Pinto (PSD); Sérgio Martins (PSD); Andreia Marques (PSD) e Patrícia Ferreira (CDS). -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

**----- PONTO TRÊS – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACeS BAIXO VOUGA; -----**

----- O senhor Presidente da Mesa passou a palavra aos porta-vozes dos partidos com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Juan Carlos Martins informou de que o grupo municipal do PSD escolheu como representante a senhora Deputada Andreia Marques, identificada como lista A. -----

----- O senhor Jorge Pereira informou de que o grupo municipal do CDS indicou como representante o senhor Deputado Hugo Santos, identificada como lista B. -----

----- A votação foi feita, por escrutínio secreto, tendo sido apurado o seguinte resultado: Lista A obteve vinte (20) votos e a lista B obteve oito (8) votos. -----

----- Concluída a votação, foi eleito como representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga a senhora deputada Andreia Marques. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

**----- PONTO QUATRO: ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO; -----**

----- O senhor Presidente da Mesa informou de que diz a lei que a eleição é feita por meio de lista e que se atribui de acordo com o método de Hondt, após a respetiva votação. -----

----- O grupo municipal do PSD indica como representantes os senhores Deputados: Juan Carlos Martins, José Augusto Martins, Elisabete Pequeno, Victor Neto e como suplente Tony Almeida, designada como lista A. -----

----- O grupo municipal do CDS-PP indica como representantes os senhores Deputados: Jorge Pereira, Patrícia Ferreira, Paulo Malta, Basílio de Oliveira e como suplente Hugo Santo, designada como lista B. -----

----- Como se trata da eleição de elementos é feita por voto secreto e foram distribuídos vinte e oito boletins de voto. -----

----- Submetidas a votação a lista A obteve vinte votos (20) e a lista B obteve oito (8) votos. -----

----- De acordo com o método de Hondt, a lista A elege os três primeiros representantes, Juan Carlos Martins, José Augusto Martins e Elisabete Pequeno, e a lista B elege um representante, Jorge Pereira. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 26 de outubro 2017 . -----

----- **PONTO CINCO: IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – TAXAS – 2017:** -----

-----a) **TAXAS 2017 - CÓDIGO DO IMI – ARTIGO 112.º, nº1;** -----

-----b) **CÓDIGO DO IMI – REDUÇÃO DA TAXA – ARTIGO 112.º - A;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu para fazer a apresentação das propostas dos pontos cinco, seis e sete em conjunto e que basicamente é manter a carga fiscal, daquela que compete à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, neste caso tomar deliberações sobre elas, exatamente como nos anos anteriores. No caso do IMI de 0,3% com a aprovação também do coeficiente familiar com as respetivas reduções de vinte, quarenta e setenta euros para agregados familiares com um, dois, três ou mais dependentes a cargo. No ponto seis manter exatamente as taxas de Derrama aplicadas no ano anterior: 1,25%, para a taxa normal, e 0,25%, para a taxa reduzida. Relativamente ao ponto sete, o IRS, é para manter a devolução de 0,5% aos municípios, de acordo com a proposta apresentada e aprovada no ano passado. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu um aspeto em comum aos pontos cinco, seis e sete, e no qual a Câmara não tem total responsabilidade, e que se prende com o facto de se estar aqui a fixar taxas para determinar uma receita orçamental sem se saber o Orçamento do próximo ano. Um argumento que normalmente é dirimido nestes casos é saber onde é que está uma contrapartida, se for proposto baixar, ou para a Câmara dizer que precisa desta receita porque é indispensável para o orçamento. Como não se sabe qual é o Orçamento não se faz a mínima ideia se estas verbas são ou não necessárias e, portanto, a discussão que se vai aqui fazer é em abstrato sem ter em conta aquilo que é o real impacto em termos das contas da Câmara como dos cidadãos vaguenses. De qualquer maneira, e sobre o ponto cinco em concreto, ao grupo municipal do PS parece-lhe correta a posição da Câmara Municipal em manter a taxa do IMI pelo mínimo. ----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Jorge Pereira e referiu que relativamente ao ponto cinco o grupo municipal do CDS-PP está perfeitamente de acordo com o facto de se manter



a taxa mínima. Este é um bom sinal para os proprietários vaguenses, porque devolve aos cidadãos o poder de compra e alivia a carga fiscal que penaliza o orçamento das famílias. De acordo com documentos entregues pela Câmara Municipal sabe-se que isto traduz uma diminuição na receita em cerca de quinhentos mil euros mas é uma redução substancial que vem por bem. A Câmara Municipal opta por não onerar as famílias e quando assim é, e as medidas são positivas, O CDS-PP só pode estar de acordo. Relativamente à Derrama também na apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2017 foi anunciado que era espetável que a receita com este imposto subisse, pelo menos é o que está no documento do ponto de vista previsional. A Câmara aumentou o valor dessa receita por volta de 20% mas ter-se-á de aguardar pela prestação de contas de 2017 para perceber se efetivamente isso se confirma, uma vez que estes são todos dados previsionais. Apesar de se saber que as maiores empresas do concelho, por serem consideradas de Utilidade Pública, a maior parte delas não pagam Derrama. Mas, por outro lado percebe-se que o papel destas empresas no concelho é efetivamente uma forma do Município e da própria Assembleia reconhecer que empresas como Ria Blades, a Grestel ou a Plafesa, que empregam milhares de trabalhadores, são importantes para o investimento e desenvolvimento vaguense. Relativamente ao ponto sete, IRS, considera o CDS-PP que a Câmara Municipal poderia ir um pouco mais além e dividir os 5% do IRS a meio e devolver 2,5% aos contribuintes. ---

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que quanto à questão do IMI não há nada a dizer, porque é o mais baixo e de maior benefício para as pessoas de Vagos. Quanto ao IRS o senhor Deputado é daquelas pessoas que discorda com a redução e a devolução. O IRS já é por si o imposto progressivo que contempla o agregado familiar e a constituição do agregado familiar. Em relação à Derrama o senhor Deputado deixou uma pergunta ao executivo, isto é, se sabe quanto à taxa reduzida o que é que representa na Derrama recebida. É que na maior parte dos concelhos à volta esta taxa reduzida não existe. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões levantadas pelos senhores Deputados. Assim, começou por referir que concorda com o que disse o senhor Deputado Óscar Gaspar, porque, por exemplo, em relação ao ponto cinco não há nenhuma proposta nesse sentido mas poderia haver agora na votação do Orçamento de Estado na especialidade e existirem alterações em relação ao coeficiente familiar e isso levaria a que se tivesse de trazer novamente este assunto aqui à Assembleia Municipal. Por outro lado a câmara Municipal tem de comunicar à Autoridade Tributária essa informação e, como o senhor Deputado bem disse, é uma questão que não depende só da Autarquia, mas segundo a lei têm de vir à Assembleia para discussão e votação. Relativamente às questões do senhor Deputado Jorge Pereira e no que respeita aos dados previsionais da Derrama, e aproveitando para responder à questão colocada pelo senhor Deputado Juan Martins, existem regras previsionais em relação ao orçamento. Só se pode colocar no orçamento as receitas, no caso da Derrama, de 50% do somatório dos dois últimos anos, ou seja, no fundo é uma média dos dois últimos anos. O valor que se coloca nunca pode exceder este montante e, portanto, não existe nenhuma alteração efetuada pela Câmara Municipal, trata-se exatamente de fazer a média dos últimos dois anos. O senhor

Presidente acredita que o valor da Derrama, até pela dinâmica do setor empresarial em Vagos, possa aumentar. O executivo podia reduzir 0,25% aos empresários que faturem menos de cento e cinquenta mil euros e aumentar para 1,5% a taxa mais elevada. Mas, esta foi uma metodologia que se arranjou para não desonerar completamente os pequenos comerciantes e pequenos industriais dando-lhe uma carga fiscal relativamente reduzida mas fazendo-os sentir que é um sinal e que a Câmara Municipal também precisa de um apoio. O senhor Presidente considera que as maiores empresas merecem um reconhecimento por parte do Município no sentido de dizer que o trabalho que estão a fazer está bem feito. É verdade que maior parte das grandes empresas à qual a Assembleia Municipal concedeu isenções e benefícios fiscais faz parte da estratégia que o próprio Município tem de ter para atrair para o concelho grandes investimentos e aliviar a carga fiscal é algo que hoje em dia não é uma mais-valia, porque todos os Municípios fazem isso. Há Municípios que além disto isentam o IMT, as taxas de licenciamento e Vagos nem vai por aí, o Município de Vagos apenas isenta o IMI e a Derrama. Quanto à questão do IRS, e independentemente das questões que vão muito além do que se está aqui a discutir, se é justo ou não devolver-se, o que interessa é que o executivo também gostaria de devolver tudo a todos os munícipes, mas como se sabe a carga fiscal que se alivia no IMI já é muito substancial e o Município não pode perder todas as fontes de receitas que tem. Tem de haver aqui alguma carga fiscal para poder ter receitas para fazer investimentos e replicar esses investimentos e torná-los em receitas futuras, daí esta proposta que tem vindo a ser feita pelo executivo nos últimos anos e que tem indo de encontro às expectativas dos vaguenses. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** dos presentes.-----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 26 de outubro de 2017. -----

----- **PONTO SEIS: DERRAMA – TAXAS PARA 2017;** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor do grupo municipal do PSD, do grupo municipal do PS e do senhor Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge e com os votos contra dos senhores Deputados Jorge Pereira, Paulo Malta, Hugo Santos, Juan Oliveira e Patrícia Ferreira.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 26 de outubro de 2017. -----

----- **PONTO SETE: IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – PRODUÇÃO DE EFEITOS NO ANO 2018;** -----

----- Neste ponto o senhor deputado Óscar Gaspar pediu para usar da palavra e referiu que em relação ao ponto sete está-se a falar de uma posição diferente. O que se tem aqui, e para as pessoas perceberem facilmente, é que do total do IRS que se paga a lei diz que a Autarquia pode dispor de 5% e decidir se estes 5% fica na Câmara Municipal, se são devolvidos aos cidadãos ou

se há aqui uma repartição entre uns e outros. Face a esta possibilidade legal aquilo que a Câmara Municipal está a propor é apropriar-se de 90% dessa verba e devolve 10%. Quando todos se queixam da carga fiscal, nomeadamente os impostos diretos, mais especificamente o IRS, o que isto quer dizer é que a culpa não é só do Governo, e dos sucessivos Governos, e também é do Presidente da Câmara Municipal, porque uma parte do imposto é devido ao senhor Presidente da Câmara que podia aliviar o IRS e não o quer fazer. É legítimo, está no seu direito, foi assim nos outros anos e com certeza será assim no próximo ano. O senhor Presidente da Câmara tem de assumir esta responsabilidade, porque há aqui quinhentos milhões de euros que de um grosso modo podiam ser devolvidos aos cidadãos de Vagos que pagam IRS e senhor Presidente da Câmara entende que não pode ou não quer devolver este montante. Para ser mais específico o que está no orçamento para dois mil e dezassete são quatrocentos e sessenta e oito mil euros de receita adicional de IRS. Para além desta componente, assumidamente política, há aqui uma componente económica e social que deve ser tida em conta, ou seja, devolver rendimento aos cidadãos permite por um lado ser mais atrativo em relação a outros concelhos vizinhos e por outro lado permite injetar dinheiro na economia. Este dinheiro fica nos bolsos dos vaguenses que podem utilizar para as despesas do dia-a-dia. Tudo isto visto e ponderado verifica-se que há aqui uma injustiça grande por parte da Câmara em querer ficar com 90% deste montante de que pode dispor dos impostos dos vaguenses. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e dirigindo-se ao senhor Deputado Óscar Gaspar referiu não lhe parece muito correto vir aqui dizer que a Câmara Municipal se apropria do dinheiro dos vaguenses. Quem não paga IRS não teria nenhum benefício, ou seja, os rendimentos mais baixos não seriam beneficiados em nada com esta medida, portanto, o senhor Presidente não vê aqui qual é a grande injustiça fiscal em a Câmara Municipal ficar com aquilo que lhe compete ao nível da receita do IRS. Do ponto de vista de injustiça fiscal seria mais injusto que o Município aumentasse a taxa de IMI e reduzisse as taxas de IRS. -----

----- Retomou a palavra o senhor Deputado Óscar Gaspar e referiu que senhor Presidente aproveitou uma palavra que disse para dizer que a Câmara fica com 5% do IRS mas isso é falso. A Lei das Finanças Locais diz que as Câmaras Municipais e as Freguesias recebem uma transferência que é calculada com base nos impostos e, portanto, o que recebem as Autarquias é muito mais do que os 5% do IRS. E o senhor Deputado está a falar em termos de cálculo absoluto. O cálculo do FEF tem base no IRS e, portanto, a Câmara apropria-se de muito mais que os 5%. Esta é uma discussão política legítima, ou seja, a Câmara Municipal entende que não quer, ou não pode, devolver os quatrocentos e sessenta e oito mil euros aos vaguenses, o PS entende que era favorável para a vida dos vaguenses e não penalizaria, tanto quanto isso, as contas da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura pediu para usar da palavra e começou por dizer que é sempre um prazer ouvir o senhor Deputado Óscar Gaspar com a sua experiência e com a capacidade que tem. Entretanto, referiu que lhe parece falacioso vir para aqui falar em montantes e, neste caso, quando referiu que este ponto nada tem a ver com os outros dois e até tem. No caso

do IMI o que é devolvido é a taxa mínima e todos beneficiam dessa vantagem. No caso do IRS existe vários escalões, que foram propostos pelos sucessivos Governos, o que quer dizer que quem recebe mais paga mais, mediante esses escalões, quem não tem recebimentos para atingir o primeiro escalão não paga IRS e, portanto, não iria ser beneficiado com esta medida da Câmara Municipal. Aliás, esta medida da Câmara Municipal nem sequer tem intervenção para aquelas pessoas que têm maior necessidade e sim para aquelas que já atingem um escalão em que começam a pagar IRS e será também proporcional. Vir aqui dizer-se que seria possível a Câmara Municipal devolver este valor todo aos munícipes era muito bom, se a Câmara Municipal reunisse condições financeiras para tal o que neste momento ainda não se verifica. Tem-se vindo a trabalhar para isso, têm-se reduzindo, e muito, a dívida mas ainda não estão reunidas todas as condições financeiras para poder devolver todo este montante e, portanto, sério seria dizer que o Executivo Municipal deve continuar a trabalhar no sentido de reduzir a dívida, de consolidar as finanças da Câmara Municipal para que no futuro seja, efetivamente, possível baixar-se estes 5%. -

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra para lembrar o senhor Deputado Óscar Gaspar que quando utiliza a expressão “apropriar” está a ser incorreto. Na Constituição da República fala dos impostos e diz que os impostos são para redistribuir. Ao dizer que a Câmara se apropria dos impostos é a mesma coisa que dizer que o Governo também se apropria dos impostos quando estes são para redistribuir. Esta questão do IRS, que para o senhor Juan Carlos também é sensível, porque quem ganha menos não paga IRS, nem seria devolvido nada e, portanto, não faz sentido essa expressão utilizada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar e referiu que o parecer da ANMP sobre esta proposta de Orçamento de Estado para 2018, liderada por um Presidente da Câmara socialista, é muito claro relativamente ao incumprimento da Lei da Finanças Locais pelos sucessivos Governos.

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para usar da palavra e sobre a questão “*do apropriar ou não apropriar*” reconhece que a palavra é forte e pode não ser a mais adequada para aqui. Contudo, a questão é que há um problema lógico na argumentação do PSD, porque ou há de facto apropriação ou não há apropriação. Tem que se decidir qual é o argumento, porque dizer “*se devolvermos àqueles que pagaram IRS os que não pagaram IRS não recebem nada*”, isto não é um argumento sólido. Tem de se decidir um argumento válido, porque a questão que está na Lei é esta “*há 5% do IRS, das pessoas que pagaram IRS, é o dinheiro delas, que é entregue à disposição da Câmara e aqui a decisão é: devolvemos esse dinheiro ou não devolvemos? A Câmara Municipal tem este dinheiro, apropria-se deste dinheiro ou devolve a quem o pagou? É este conceito que estamos aqui a falar.*” -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu é preciso perceber que há uma diferença entre programa eleitoral e programa do Governo. Há um momento eleitoral e agora está-se aqui, Deputados Municipais e os senhores Vereadores que podem propor em sede de Câmara Municipal coisas diferentes daquelas que foram apresentadas na altura e isso é muito importante, ou seja, é importante perceber essa diferença, não só para dignificar este órgão mas também todas as discussões que aqui se têm. Todos os Deputados do PSD têm legitimidade para

apresentar uma proposta daquela que foi aprovada pelo PSD, neste caso, para o programa eleitoral. Dito isto, só para perceber o que é que se vai votar e perceber se a Câmara Municipal, em particular o senhor Presidente, aceitou a proposta do PS de dotar os cidadãos vaguenses de mais dinheiro do que aquela que tinha previsto ou não, porque isto é um diálogo. -----

----- O senhor Presidente da Mesa informou de que o que se vai votar é a proposta apresentada pela Câmara Municipal que é do conhecimento de todos os senhores Deputados. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que se da parte económica admite algumas lições há outras coisas em que não as admite e não precisa que um membro desta Assembleia Municipal lhe venha explicar como é que funciona a Assembleia ou o programa do Governo ou o programa que é votado em eleições. Mas ficou a perceber que há uma grande diferença entre o PSD e o PS que é precisamente esta: é que o PSD respeita os programas que leva a votação e, pelos visto, o PS altera-os, muitas vezes para pior que é o que tem feito. -----

----- O senhor Presidente da Câmara para dizer que há alguns Municípios que aprovam toda a estrutura de impostos em conjunto. O Município de Vagos faz em separado até para se poder ter a discussão em separado. -----

----- Entretanto, chegou à sessão a senhora Deputada Elisabete Pequeno. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte e um (21) votos a favor do grupo municipal do PSD, uma abstenção, do senhor Deputado Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge e com sete (7) votos contra dos senhores Deputados do grupo municipal do CDS-PP e do grupo municipal do PS.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 09 de novembro de 2017, é somente para conhecimento aos membros da Assembleia Municipal e não para ser submetido a qualquer deliberação. -----

----- **PONTO OITO: PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA OVAR – MARINHA GRANDE (POC-OMG) – ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO:** -----

----- a) **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VAGOS – PDM;** -----

----- b) **PLANO DE PORMENOR DA PRAIA DA VAGUEIRA – PPPV;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que este ponto é só para conhecimento mas entendeu ser importante dar uma explicação sobre este documento. O POC-OMG está em processo de revisão desde dois mil e onze. O POC-OMG é o Programa da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande que apanha as praias do concelho de Vagos e que determinava, porque era um plano especial que estava previsto no regime jurídico dos instrumentos de gestão do território, um poder efetivo sobre aqueles territórios. No caso concreto o regime jurídico mudou e deixou de haver os planos especiais e passou a haver os programas. Este novo Programa da Orla Costeira entre Ovar e a Marinha Grande prevê uma série de alterações muitas delas causadas pelas questões das alterações climáticas e pela defesa destes territórios só que como é um programa não tem poderes efetivos ao nível dos instrumentos de gestão do território. Assim sendo, torna-se fundamental que a Câmara Municipal faça a transposição das normas que estão

previstas neste programa para o PDM, Plano Diretor Municipal, e neste caso, para os planos especiais, nomeadamente o Plano de Pormenor da Praia da Vagueira. Há medidas que são só por adaptação, que é o caso, e agora tem-se um ano, foi até uma proposta da Câmara Municipal de Vagos na altura, da Agência Portuguesa do Ambiente, que liderou enquanto entidade institucional depois houve uma equipa de trabalho que coordenou mas a APA queria propor que essa alteração dos planos fosse em dois ou três meses e isso objetivamente não era possível. A Câmara Municipal a partir do momento da publicação do POC-OMG tem um ano para proceder às alterações e às integrações no PDM e no Plano de Pormenor da Praia da Vagueira destas alterações previstas neste programa. Atendendo às alterações climáticas e às questões de proteção costeira as regras que estão previstas no POC, e que vão ter de ser integradas no Plano de Pormenor da Praia da Vagueira, são normas muito mais restritivas do que aquelas que existem atualmente. O Município de Vagos, assim como outros Municípios, sempre lutou para que, por exemplo, a colmatação fosse considerada, ou seja, onde há dois lotes e no meio há um lote por ocupar que pudesse ser ocupado mas o que vai acontecer com a implementação das regras que estão previstas no POC é limitações muito elevadas à construção no Plano de Pormenor da Praia da Vagueira. Por isso, deve trabalhar-se em conjunto e em consonância com os atuais proprietários para que as pessoas não vejam cerceadas as suas expectativas relativamente aos lotes que adquiriram em tempos e que perspetivavam que esses lotes fossem de construção e que com entrada em vigor das regras do POC, e que têm de ser integradas no Plano de Pormenor da Praia da Vagueira, ficam impedidos de haver construção. A Câmara Municipal também lutou para que fosse considerado como direito adquirido o facto do lote estar constituído no âmbito do Plano de Pormenor e isso não foi considerado. Portanto, de direitos adquiridos só são considerados loteamentos aprovados ou projetos de construção aprovados na Câmara Municipal. Resumidamente, as pessoas que tem lotes localizados nas primeiras linhas da Praia da Vagueira devem estar muito atentas a este instrumento. O processo de revisão do Plano de Pormenor da Praia da Vagueira já está aberto e virá, em breve, à Assembleia Municipal para deliberação. O senhor Ministro do Ambiente é alguém que se preocupa com o território todo, obviamente, mas tem um particular carinho por este, nomeadamente a Praia da Vagueira, e é alguém que tem estado muito atendo e que tem tomado muitas medidas positivas. Está-se a aguardar uma medida que foi anunciada aquando da apresentação da Estratégia para a Proteção do Litoral, que o senhor Ministro fez questão que fosse na Praia da Vagueira, que é os xotes de areia que estão já em concurso público e que se espera ter já no próximo verão. Uma outra intervenção para o Município de Vagos é a construção do quebra-mar destacado na praia da Vagueira. O estudo deste processo está em sede de análise de propostas e, portanto, em breve ter-se-á novidade sobre este projeto. Esta foi outra das medidas que o senhor Ministro fez questão de anunciar quando esteve na praia da Vagueira aquando da apresentação da Estratégia Litoral 21. -----  
----- O senhor Deputado Xavier Prior Neto pediu para usar da palavra e referiu que se falou aqui das alterações climatéricas e das medidas proactivas relativamente a este tema. O senhor

Deputado questionou se a Câmara tem algumas medidas preventivas relativamente ao avanço do mar e às alterações climáticas. -----

----- A senhora Deputada Helena Marques usou da palavra e referiu que é a primeira vez que está a ouvir falar neste assunto e por isso quis questionar o senhor Presidente. O senhor Presidente falou do POC e que o Município tem um ano para proceder a essas alterações e que só são protegidos direitos adquiridos com os projetos aprovados na Câmara Municipal a questão concreta é: casas ou proprietários que tenham casas que não estejam construídas sem qualquer projeto na Câmara Municipal, que há muitas como todos sabem, o que é que lhes acontece? -----

----- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra e referiu que no Plano de Pormenor da Praia da Vagueira não deverá de existir nenhum caso desses, a não ser que sejam construções anteriores a mil novecentos e cinquenta e um que dispensam licença de construção. De qualquer forma construções existentes e devidamente licenciadas podem ser requalificadas, não pode é haver novas construções numa faixa que ainda está a ser negociada, e por isso o senhor Presidente ainda não queria falar muito sobre isso, mas será sempre uma faixa mais elevada do que é agora. Agora já há uma faixa na primeira linha de prédios na praia da Vagueira onde já não é possível edificar construções novas, já só é possível reconstruir as construções existentes. Esta faixa vai aumentar de forma significativa, não irá, obviamente, abarcar todo o território da praia da Vagueira mas aumentará de forma significativa. Esta informação será objeto de publicitação mas, neste momento ainda se está, com a Agência Portuguesa do Ambiente, a negociar essa linha. Relativamente à questão colocada pelo senhor Deputado Xavier Neto nesta matéria das alterações climáticas o Município de Vagos tem feito questão de estar na linha da frente, tal como a maioria dos Municípios da Região de Aveiro. O Município de Vagos é subscritor de dois documentos importantes ao nível das medidas de adaptação às alterações climáticas e de mitigação às alterações climáticas, que são Mayors Adapt e o Pacto de Autarcas. O Município de Vagos é subscritor desses dois compromissos por aprovação nesta Assembleia Municipal, que vão um pouco ao encontro daquilo que depois foi aprovado na cidade de Paris com o Acordo de Paris para as Alterações Climáticas. Tem sido, também, feito muito trabalho em conjunto com as entidades, a APA, a Polis Litoral da Ria de Aveiro, nomeadamente todo o trabalho que foi feito no âmbito de Reforço de Cordão Dunar, de construção dos passadiços em cima do Cordão Dunar para segurar a plantação de espécies autóctones que fazem com que o Cordão Dunar fique preso naquele local. Em conjunto com a Polis e com o Governo está a trabalhar-se na dragagem do Canal de Mira e do rio Boco para aproveitar os dragados para o tradós da duna primária. Existem projetos e o projeto mais importante para o Município de Vagos, que está neste momento em fase de estudo de proposta, é um xote de oitocentos metros cúbicos de areia de um acordo entre a APA e a Administração do Porto de Aveiro. Portanto, existem uma série de medidas, que não são só do Município de Vagos, e que têm de ser obrigatoriamente financiadas pelo Governo, medidas de proteção da Costa. No caso da zona Litoral nunca se pode deixar de ter presente que o fenómeno que existe entre a praia da Barra e a Vagueira até ao Areão e Mira é provocado pelo acréscimo de areias que vinham do rio Douro. Como o rio Douro hoje, por força das barragens e por força da

construção do aumento dos molhos do Porto de Aveiro, toda a areia fica retida e, portanto, a areia não entrado na deriva não entra na Costa e é preciso assegurar que o organismo vivo, que é aquela zona entre a Barra e o Areão, que se mantém alimentada. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das vinte horas e trinta minutos abandonou a sessão o senhor Deputado José Martins. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto nove da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 09 de novembro 2017. -----

----- **PONTO NOVE: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o ponto e referiu que sobre as alterações à estrutura orgânica o que foi feito vai de encontro ao que irá estar previsto no Orçamento de Estado e das novas possibilidades que os Municípios têm relativamente à flexibilização das estruturas orgânicas e do quadro de pessoal. O executivo fez umas pequenas alterações, nada de muito significativo, aquela estrutura orgânica que foi aprovada pela Assembleia Municipal anteriormente. À Assembleia Municipal compete autorizar esta nova estrutura orgânica, que no fundo se restringe a autorizar o número máximo de cada uma das secções e das possibilidades de chefias de acordo, obviamente, com a lei e o Orçamento de Estado que estará em vigor no próximo ano. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que sobre este assunto o grupo municipal do CDS-PP tem a dizer que quando se fala da organização dos serviços municipais tem de se passar pela Modernização Administrativa, tornar a Administração Pública amiga da cidadania e do desenvolvimento económico mas ao mesmo tempo promover a economia de gastos e de ganhos de eficiência pela simplificação das estruturas. Consideram que é necessário recentrar, coordenar e automatizar processos, e não se está só a falar na área das obras, onde o executivo tem feito um esforço por querer mudar os procedimentos, mas, por exemplo, o caso do *site* que continua por otimizar. Esta organização é importante, porque serviços eficientes são também um sinónimo do aumento do respeito dos cidadãos pela administração pública e quando as pessoas vêem que os serviços não funcionam, ou que funcionam mal, são os próprios funcionários que passam por este desprestígio. O que o grupo municipal do CDS-PP entende é que esta organização deixa tudo na mesma e que há muito a fazer para otimizar os serviços municipais. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por dizer que esperava que uma proposta de reorganização dos serviços da Câmara Municipal pudesse ter uma explicação mais interessante. Estar a ouvir aqui uma explicação, quando se tem oportunidade de mudar os serviços e otimizá-los, desta forma simplista parece que não se quer dar importância a esta oportunidade. O senhor Deputado considera que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal deveriam de dedicar um pouco mais de atenção à Modernização Administrativa. Hoje em dia, nenhuma Autarquia faz uma reorganização de serviços municipais com base exclusivamente em justificação jurídica, e isto foi o que aqui foi apresentado de uma forma geral. Aliás, o documento também está apresentado de uma forma geral. Qualquer reorganização deste tipo é uma oportunidade para se



modernizar e para se instituírem de uma vez por todas objetivos estratégicos com base na organização do trabalho. Esta proposta deveria ter uma nota explicativa, uma nota introdutória, que explicasse essa motivação estratégica. Não havendo, é possível entender que simplesmente não houve motivação estratégica. Há apenas uma brevíssima e banal referência a um alegado interesse de modernizar nos pequenos pontos cinco e seis mas que não são explicados depois como é que se operacionalizam. O senhor Deputado deixou alguns exemplos de objetivos, pedindo ao senhor Presidente de informar se os considerou e se teve em conta especificamente cada um deles e se os pretende operacionalizar à luz desta proposta, uma vez que não há essa explicação. Objetivos como: a desmaterialização de documentos e processos; a agilização dos processos administrativos, para que se tornem mais rápidos e mais eficientes; a criação de um *workflow* para cada registo; a automatização de tarefas para controlo dos prazos de respostas num assunto tão importante para os cidadãos; a recetividade e estímulos ao investimento; a melhoria dos serviços *online*, nomeadamente aplicações móveis como complemento a esta proposta de reorganização; o que é que se faz no domínio da implementação de *software* de controle de custos e despesas de toda a atividade municipal. Há uma gestão por objetivos? Esta arquitetura é orientada para melhores resultados? Perguntou. É evidente que estas medidas, assim como outras, nos dias de hoje são absolutamente fundamentais e o senhor Deputado referiu, apenas, aquelas que são as mais básicas dos últimos anos. E isto é muito importante, por três razões: para tornar as medidas mais rápidas e eficazes; para aumentar e melhorar a relação entre o Município e o cidadão; promover a transparência dos dados e dos processos, naturalmente à luz do que as leis permitem. Estes objetivos estratégicos são sempre muito importantes porque não se pode deixar passar a ideia de que esta nova hierarquização serve para aproveitar a legislação que permite progressões e, portanto, no que respeita à gestão da qualidade de serviços o que é que se pode melhorar neste domínio agora com este arranjo estrutural. Ao senhor Deputado parece-lhe só ter visto os núcleos afetos ao Departamento de coordenação, não há outros. O senhor Presidente deixou o pelouro dos serviços operacionais e ficou com as obras públicas e o senhor Deputado perguntou qual é o propósito desta alteração. Na Divisão de Gestão Urbanística, que desempenha um papel muito importante, não criaram nenhum núcleo nem houve outras alterações o que leva a pensar que entendem que nesta área já há boas respostas em termos de rapidez e eficiência. Por fim, o senhor Deputado quis falar de assuntos conexos que o Partido Socialista apresentou na campanha eleitoral e para os quais entende que devia mobilizar parte dos recursos. Primeiro, a criação de um sítio na internet que permita perceber a evolução dos processos apresentados na Câmara Municipal pelos cidadãos, ou pelo menos um separador ou um *link*. Segundo promover os serviços da Autarquia nas Juntas de Freguesia, uma Freguesia por semana. Esta seria uma medida fácil de operacionalizar tendo em conta a facilidade que as novas tecnologias permitem. Por último propuseram o alargamento da medida orçamento participativo e seria talvez interessante que uma edição deste orçamento pudesse ser dedicado ao tema Modernização Administrativa. O senhor Deputado perguntou se o senhor Presidente tem abertura para acolher estas medidas e adaptar eventualmente esta proposta da reorganização dos serviços municipais. --

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Nuno Moura e começou por fazer uma questão, ou seja, ele entende da notificação que receberam, para tratar deste ponto, que se vai aprovar apenas o organigrama e que mais tarde ter-se-á a informação do que cada estrutura vai fazer. É isto? Em segundo lugar deu os parabéns ao Executivo Municipal pela reforma administrativa que conseguiu fazer ao longo dos quatro anos que passaram. O senhor Deputado sabe que com a ocupação que todos têm, e pelo facto de não se usarem as plataformas, não se tem conhecimento do que se vai passando em Vagos e depois vem-se dizer aquilo que os outros disseram ou aquilo que se pensa que se sabe. Neste momento, já é possível acompanhar um processo que entre na Câmara Municipal pela via eletrónica, assim como já é possível aceder e consultar uma série de requerimentos via *online*. -----

----- A senhora Deputada Elisabete Pequeno usou da palavra e referiu que recentemente houve no concelho um evento relacionado com o Licenciamento Industrial, onde esteve presente o Presidente do IAPMEI, onde houve um elogio dos serviços da Câmara Municipal nas melhorias que tem vindo a promover ao longo dos anos relativamente aos processos administrativos. Neste momento, já há uma desmaterialização dos processos de Licenciamento Industrial e em relação aos processos das obras particulares está-se a caminhar para o mesmo objetivo. No entanto, a senhora Deputada informa o Executivo de que ainda há muito a fazer porque há de facto cada vez mais necessidade de modernizar os serviços para ir ao encontro daquilo que o cidadão de Vagos precisa. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para esclarecer as questões colocadas pelos senhores Deputados. Assim sendo, começou por esclarecer aquilo que pensou lhe fosse escusado ler, e que como é óbvio não o vai fazer, uma vez que a proposta foi distribuída, porque o que esta Assembleia aprova é o modelo de estrutura orgânica e de estrutura nuclear. O que aqui está em causa, com todo o respeito e toda a concordância que tem pela maioria das coisas que aqui foram ditas, é isto de forma simplista, não há mais nada a discutir. É claro que conexamente podem discutir-se outras questões mas não faria era sentido que a Assembleia Municipal estivesse a discutir uma coisa que não entra nas suas competências. O senhor Presidente também não fez uma explicação demasiado prolongada porque este assunto já havia sido discutido aqui numa outra sessão, em que alguns dos senhores Deputados não estavam porque não faziam parte dessa Assembleia Municipal na altura. Em relação a todos os assuntos que o senhor Deputado Bruno Julião falou, e bem, nomeadamente a preocupação relativamente às áreas da Modernização administrativa o senhor Presidente passará a palavra à senhora Vereadora Sara Caladé que fará um ponto de situação deste processo. O executivo conseguiu em quatro anos desmaterializar todos os processos que existem ao nível dos *workflow* que já estão definidos, estão os circuitos definidos, a metodologia de trabalho está definida, neste momento já se consegue contar o tempo de cada um dos processos, a gestão dos objetivos já existe ao nível do SIADAP. Nos últimos quatro anos fez-se uma evolução muito grande e o Município de Vagos está perto de ser um dos Municípios da CIRA mais avançados do ponto de vista da Modernização Administrativa e da evolução tecnológica. O que vai ser discutido aqui hoje é exatamente aquilo

que refere no ponto quatro do documento e que refere que a Assembleia Municipal aprova por proposta da Câmara a estrutura orgânica e a estrutura nuclear. -----

----- A senhora Vereadora Sara Caladé usou da palavra e relativamente à questão da Modernização Administrativa e todas as questões aqui elencadas vão fazer parte das competências do Núcleo de Modernização Pública e Atendimento ao Cidadão e que será aprovado pela Câmara Municipal. Quanto ao *site* foi feito um compasso de espera porque foi aprovada uma candidatura no âmbito da CIRA e no âmbito da Modernização Administrativa que se chama Região de Aveiro Digital no valor de cerca de três milhões de euros. Esta candidatura pressupõe uma modernização global de todos os Municípios sendo que estavam todos em velocidades muito diferentes. Um dos pontos dessa candidatura é precisamente os portais. A Câmara tinha o seu portal pronto para ser lançado, há cerca de um ano, mas teve de fazer um compasso de espera para poder apanhar o trabalho que está a ser feito no âmbito da candidatura e aproveitou-se para, algumas questões que fazem parte desta candidatura, e não fazia parte do portal da Câmara, fossem incluídas, nomeadamente a questão das acessibilidades. Os conteúdos do *site* do Município vão ser acessíveis a pessoas com algumas deficiências, nomeadamente auditivas e invisuais. Relativamente aos *workflow*, aos circuitos e a tudo o que se tem neste momento é de referir que há quatro anos não existia nenhum processo desmaterializado. Neste momento estão todos desmaterializados, sendo que não estão todos desmaterializados até ao fim. O único que está desde que entra até que sai é o da gestão urbanística, ou seja, um processo de gestão urbanística desde que entra até à assinatura do alvará é feito completamente desmaterializado. Em alguns dos outros processos a fase final não está desmaterializada e será um dos objetivos dos próximos quatro anos. No âmbito da candidatura também foram feitos alguns compassos de espera porque um dos objetivos e uma das situações com que se tem debatido, nessa candidatura, e no diálogo com os outros Municípios, é em algumas áreas consideradas importantes haver consonância entre os onze Municípios. Uma das áreas será o urbanismo, ou seja, mesmo tendo regulamentos diferentes se a instrução e os requerimentos forem iguais em todos os Municípios facilita a vida a todas as pessoas, e no urbanismo é importante porque como há técnicos de vários sítios e trabalham com vários Municípios esta medida facilitaria muito mais a gestão dos processos. Um dos objetivos da candidatura é esse mesmo, ou seja, é aquilo que se chama catálogos de serviços e serviços partilhados e conseguir informação idêntica nos onze Municípios da CIRA. Relativamente ao controle de prazos e da melhoria das respostas dadas uma das coisas implementadas é que um processo ou um requerimento, qualquer processo, entra na Câmara Municipal os munícipes recebem um SMS no telemóvel a dizer que deu entrada o seu processo com determinado número e os sítios onde pode ser consultado. Assim que é assinado um alvará, por exemplo, não é preciso fazer uma informação porque segue um telefonema ou um SMS direto para o requerente a informar que pode ser levantado. Existe uma aplicação de gestão que informa onde é que o processo está parado, quanto tempo demorou em cada técnico, quando é que foi assinado, quando é que foi despachado, se ficou perdido ali pelo meio e, portanto, é uma informação que existe e o executivo recebe reportes semanais dessa informação. Em relação à

questão da proximidade da Câmara Municipal ao cidadão uma das questões feitas, e o pelouro da Modernização Administrativa foi associado à proximidade com o cidadão e por isso se chama Modernização Administrativa e Proximidade com o Cidadão, uma das coisa que se pretende é abrir no início do ano um novo Espaço do Cidadão na zona sul do concelho e nesse mesmo espaço ter um posto de atendimento descentralizado dos serviços municipais e essa situação só se consegue com a desmaterialização, de facto, dos processos. -----

----- O Senhor Deputado Bruno Julião pediu para voltar a usar da palavra para deixar uma proposta relativamente à ordem de trabalhos, ou seja, normalmente as propostas que requerem mais debate são deixadas para o fim e seria altura de começar a inverte essa situação. O senhor Deputado sugere que este tipo de questões seja indicado nos primeiros pontos da ordem de trabalhos. Depois, agradeceu as respostas da senhora Vereadora Sara Caladé e fez nota de dois ou três aspetos. Primeiro, referiu que o Partido Socialista apresentou, já em dois mil e cinco, a abertura de uma Loja do Cidadão com um conjunto de situações que entretanto foram há cerca de um mês e meio propostas. Para o senhor Deputado Vagos tem andado muito devagar, independentemente do esforço que tem sido feito e são coisas relevantes e importantes. A lista de coisas que elencou não foram todas discutidas e poderiam ser, bastaria ser um pouco mais prudente na observação de que a Assembleia Municipal não deve discutir estes assuntos mas pode e deve discutir. Por proposta da Câmara o plano para a Modernização Administrativa associada à reorganização dos serviços pode vir aqui para ser discutido e faz sentido que seja em conjunto. Não se faz uma reorganização dos serviços do ponto de vista estrutural como se faz sem ter objetivos estratégicos como aqueles sinalizados pela senhora Vereadora Sara Caladé e que são muito importantes. Em relação à questão de que os Municípios andam a várias velocidades é verdade e deixou um exemplo: O Município de Águeda. Portanto, basta seguir o exemplo de Águeda e se forem feitas muitas coisas iguais, copiando, vai-se no bom caminho. -----

----- A senhora Vereadora Sara Caladé retomou a palavra e referindo-se às velocidades e ao Município de Águeda Vagos tem uma vantagem, ou seja, acabou por passar à frente alguns dos passos, de outros Municípios que começaram primeiro a trilhar este caminho. O Município de Vagos quando começou fez exatamente isso, ou seja, foi ver as boas práticas de outros Municípios, tendo estado em Águeda, Paredes, Bragança, vários Municípios que estavam mais à frente. Relativamente aos onze Municípios da CIRA, neste momento, Vagos está em segundo lugar, tem Águeda em primeiro mas começou este caminho há vinte anos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu para usar da palavra e referiu que o Balcão do Cidadão para funcionar, tal como está a funcionar hoje, provia de uma proposta do Estado, porque o Espaço do Cidadão de Vagos trabalha com várias entidades públicas, tais como: Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, IMTT, etc.... -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira voltou a usar da palavra e referiu que relativamente a este ponto, e olhando para o *site* da Câmara Municipal, a Gestão Urbanística, os processos de obras, é um bom exemplo, como já aqui foi dito. Mas o grupo municipal do CDS-PP é de opinião e gostaria de ver institucionalizado a informatização e desmaterialização a outros níveis, como por exemplo:

Ação Social, Cultura, Turismo, Educação, Gabinete Médico Veterinário, porque as pessoas para obterem informação sobre estas áreas têm de se deslocar até à Câmara Municipal. -----

----- A senhora Deputada Elisabete Pequeno pediu para voltar usar da palavra e confrontou os senhores Deputados que acabaram de intervir com o seguinte: com tanta desmaterialização o que é que pretendem fazer em relação à população envelhecida? -----

----- Para terminar o senhor Presidente da Câmara referiu que a desmaterialização que a Câmara Municipal implementou tem previsto todas as áreas indicadas pelo senhor Deputado Jorge Pereira. A Câmara Municipal focalizou-se mais na área das obras particulares porque, de facto, é aquela que tem mais interação, mas nem sequer foi o primeiro processo de desmaterialização a ser implementado, aliás até foi o último. Antes de se desmaterializar o processo das obras particulares desmaterializou-se todos os outros procedimentos, começando na parte financeira, proteção civil que foi muito útil nos dias quinze e dezasseis de outubro, dias do grande incêndio no concelho de Vagos, para se comunicar com a população através das plataformas disponíveis. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte (20) votos a favor do grupo municipal do PSD e oito (8) votos contra dos senhores Deputados do grupo municipal do CDS-PP e do grupo municipal do PS. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Do público não houve qualquer intervenção. -----

----- O senhor Presidente da Mesa referiu que a proposta feita pelo grupo municipal do PS, para criação de um grupo de trabalho na área da educação, será incluído na ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para usar da palavra e referiu que enviou um *e-mail* ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sequência de uma solicitação que foi feita pela Câmara Municipal relativamente ao Orçamento Municipal para 2018. Aquilo que foi a proposta do grupo municipal do PS ao senhor Presidente da Assembleia foi no sentido de apresentar um documento proposta à Câmara Municipal para que houvesse um orçamento da Assembleia Municipal, nomeadamente para cobrir despesa como: criação de despesas nos *e-mails* dos Deputados Municipais; poder organizar eventos com orçamento próprio; ter reuniões descentralizadas da Assembleia Municipal; ter verbas disponíveis para algum parecer jurídico que seja necessário e para dotar as sessões de meios eletrónicos disponíveis para a transmissão online das Assembleias Municipais. A análise rápida que faz dos orçamentos anteriores é que o Orçamento Municipal corresponde a vinte mil euros para as senhas de presença mais mil euros de despesas de transporte. A proposta do grupo municipal do PS é que o senhor Presidente faça um orçamento que não fique abaixo dos cinquenta mil euros. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o senhor Deputado Óscar Gaspar remeteu esta proposta por e-mail ao que lhe foi respondido que já havia trabalhado nesse sentido perante a Câmara Municipal, ou seja, para que no Orçamento Municipal para 2018 seja

contemplado um orçamento capaz de fazer face àquela ação que se pretende, por parte da Assembleia Municipal, e não aceita que por insuficiência financeira este órgão não faça o seu trabalho de forma honrosa. O senhor Presidente garantiu que esse assunto vai ser tratado junto da Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, diretamente por ele. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que apesar de estarem previstos vinte e tal mil euros no orçamento de todos os anos, que servem para pagar as senhas de presença. Existem outros valores que estão no orçamento, por exemplo os funcionários que estão aqui, e não estão nos quadros da Assembleia Municipal, estão nos quadros da Câmara Municipal e o valor que é pago sai por aí. Todas as infraestruturas que aqui são colocadas foram adquiridas pela Câmara Municipal. A Assembleia Municipal, e já foi falado isto com o Presidente da Assembleia Municipal, fará o favor de fazer chegar à Câmara Municipal as necessidades que sente e a Câmara Municipal atenderá, como atendeu sempre, os pedidos feitos pela Assembleia Municipal sem que para isso haja um orçamento próprio deste órgão. -----

-----De imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa.

----- **O Presidente,**\_\_\_\_\_.